

Trajetória do Movimento Ambientalista

12

Andréa Focesi Pelicioni

*Administradora Pública e Geógrafa, Ibama e
Núcleo de Informações em Saúde Ambiental da USP*

Este capítulo pretende chamar a atenção para fatos, personalidades e contextos históricos que contribuíram para a emergência de novas sensibilidades, em grupos específicos e no público em geral, em relação à problemática socioambiental e ao delineamento de formas de enfrentamento.

A preocupação com a degradação humana e ambiental não é nova. Muito antes de a problemática socioambiental configurar-se como uma crise global houve vários alertas a esse respeito ao longo da História. Alguns exemplos esparsos encontrados na literatura oferecem indicações a esse respeito.

Na Antigüidade, Platão, por exemplo, já denunciava problemas de erosão dos solos e desmatamento nas colinas da Ática. Posteriormente, no primeiro século da Era Cristã, em Roma, Columela e Plínio, o Velho, indicavam em seus escritos que a inadequação da ação do homem ameaçava produzir quebras de safra e erosão do solo.¹

Em 1669, a fim de reverter o problema de escassez de madeira na França, Colbert, na condição de primeiro-ministro, promulgou o decreto das águas e florestas. Na realidade, Colbert e outros que agiram em favor de regulamentações protecionistas estavam imbuídos de interesses econômi-

¹ McCormick J. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1992; Ponting C. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1995.

cos. Em relação à poluição ácida, no século XVII John Evelyn e John Graunt sugeriram que fossem usadas chaminés mais altas para dispersar a poluição.²

No século XIX, uma série de publicações evidenciou o agravamento e a generalização da degradação socioambiental pelo mundo, em virtude da ação humana.

José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1815, fazia a seguinte reflexão:

Se a navegação aviventa o comércio e a lavoura, não pode haver navegação sem rios, não pode haver rios sem fontes, não há fontes sem chuvas, não há chuva sem umidade, não há umidade sem florestas... sem umidade não há prados, sem prados não há gado, sem gado não há agricultura, assim tudo está ligado na imensa cadeia do Universo e os bárbaros que cortam as suas partes pecam contra Deus e a natureza e são os próprios autores de seus males.³

Também os apontamentos do naturalista alemão Alexandre von Humboldt, considerado o precursor da geografia moderna, relacionavam a ocorrência de alterações no regime hídrico de um lago na Venezuela ao desmatamento que ocorrera em suas margens;⁴ e o relato de Friedrich Engels, em 1825, mostrava a degradação ambiental de cidades inglesas e as insalubres condições de vida dos trabalhadores de suas indústrias.⁵

Na segunda metade do século XIX, os trabalhos do geógrafo anarquista francês Élisée Reclus detalhavam os efeitos do crescimento desordenado em cidades de vários países, denunciavam a falta de medidas preventivas e políticas públicas de saneamento ambiental, a exploração colonial, a dominação das elites, os impactos sobre as comunidades tradicionais, entre outros temas.⁶

As descrições do diplomata e político norte-americano George Perkins Marsh na obra *Man and nature: or physical geography as modified by human action* (Homem e natureza: ou geografia física modificada pela ação humana), publicada em 1864, relacionavam problemas ambientais como inun-

² McCormick J. *Op. cit.*

³ *Apud* Pádua JA. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro. In: Svirsky E, Capobianco JPR, orgs. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretariado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; 1997. p.16.

⁴ Sobral HR. Metodologia, evolução dos estudos e bibliografia básica sobre meio ambiente. In: Leite JL, org. *Problemas-chave do meio ambiente*. Salvador: Instituto de Geociências da UFBA/Espaço Cultural Expogeo; 1994. p.15-32.

⁵ Engels F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global; 1985.

⁶ Andrade MC de, org. Élisée Reclus. São Paulo: Ática; 1985.

dações de algumas cidades européias, erosão de solo, rebaixamento de lençol freático e alterações climáticas nos países mediterrâneos, causadas pela derubada das coníferas naturais nas montanhas alpinas do sul da Europa.⁷

Joaquim Nabuco, em 1883, fazia um diagnóstico desalentador da situação ambiental brasileira, falando do esgotamento da fertilidade dos solos no Rio de Janeiro, da decadência das antigas monoculturas no Nordeste, do aumento do flagelo da seca e da ganância da indústria extrativista na Amazônia.⁸

Apesar de as denúncias sobre a degradação humana e ambiental serem feitas desde a Antigüidade, foi apenas no século XIX que essas manifestações começaram a configurar-se como um movimento.

OS PRIMÓRDIOS DO AMBIENTALISMO

Na Europa e nos Estados Unidos, segundo exaustiva pesquisa histórica realizada por McCormick, as raízes de um movimento popular mais amplo, voltado para as questões ambientais, podem ser identificadas na segunda metade do século XIX.⁹

O crescimento do interesse pela história natural, o Romantismo, as descrições de ambientes paradisíacos feitas pelos viajantes naturalistas, a industrialização e urbanização crescentes em nome do *progresso*, trazendo em seu bojo a degradação humana e ambiental, a caça de animais como lazer e o desenvolvimento de pesquisas científicas criaram um substrato fértil para o surgimento de iniciativas voltadas à proteção ambiental.

O primeiro grupo ambientalista privado do mundo, Commons, Footpaths and Open Spaces Preservation Society, fundado em 1865, promoveu campanhas bem-sucedidas pela preservação de espaços para lazer, particularmente em relação às áreas verdes urbanas para os trabalhadores das indústrias.

Entretanto, segundo Pádua, pesquisas desenvolvidas em diversos centros de conhecimento, em particular pelo historiador Richard Grose, da Universidade de Cambridge, descobriram que a preocupação ambientalista mais profunda e consistente, de cunho político, não nasceu original-

⁷ Acot P. História da ecologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus; 1990; Sobral HR. *Op. cit.*

⁸ Pádua JA. *Op. cit.*

⁹ McCormick J. *Op. cit.*

mente na Europa e nos Estados Unidos, como geralmente se divulga, mas nas periferias, nas áreas coloniais.¹⁰ Assim, pode-se dizer que a preocupação ambientalista surgiu no Caribe, na Índia, na África do Sul, na Austrália e na América Latina, onde estavam sendo implantadas práticas de exploração colonial maciças e predatórias; o Brasil foi um dos principais focos dessa vertente ambientalista.

No Caribe e na Índia, funcionários da Companhia das Índias, comprometidos com o sistema colonial, percebiam a inadequação das formas produtivas implantadas nas colônias e alertavam para a necessidade de medidas que pudessem conferir eficácia e sustentabilidade ao modelo de exploração colonial.

No Brasil ocorreu o contrário: a preocupação com os efeitos da degradação ambiental desenvolveu-se principalmente entre os críticos do modelo de exploração colonial, ou seja, entre aqueles que tinham uma preocupação política, numa perspectiva de rompimento com o sistema vigente.

O AMBIENTALISMO NA VIRADA DO SÉCULO XIX

Nos Estados Unidos, um movimento ambientalista bipartido, representado por preservacionistas e conservacionistas, marcou o último quartel do século XIX. Nesse período, a ênfase dos preservacionistas recaía principalmente sobre a necessidade de proteção de determinadas espécies da flora e da fauna e sobre a preservação de áreas naturais, daí o estímulo à constituição de parques protegidos. O primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone National Park, foi criado em 1872, nos EUA. Já os conservacionistas apoiavam a utilização dos recursos naturais, por meio de um manejo adequado e planejado, isto é, defendiam a exploração racional.¹¹

Seguindo a tendência mundial de implantação de parques, o Brasil criou, em 1896, onde se localiza o Parque da Luz, o primeiro parque brasileiro, o Parque Estadual da Cidade de São Paulo, que precedeu a criação do atual Horto Florestal.

Durante esse período destacou-se a atuação do jurista carioca Alberto Torres, que abordava sob uma perspectiva política a problemática en-

¹⁰ Pádua JA. *Op. cit.*

¹¹ Diegues ACS. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Nupaub/USP; 1994; George P. *O meio ambiente*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; 1973; Thomas K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras; 1988.

volvida na destruição da natureza.¹² Na década de 1930, Torres inspirou a criação da Sociedade Amigos de Alberto Torres que, entre outras atividades, pregava o uso racional dos recursos naturais. A Sociedade contribuiu muito para a formulação do primeiro Código de Águas e Minas e do primeiro Código Florestal brasileiro, os quais foram influenciados por políticas públicas norte-americanas, que tinham por objetivo controlar o uso dos recursos minerais e florestais.¹³

O historiador norte-americano Warren Pear chama a atenção para o ano de 1934, quando ocorreu no Brasil “uma verdadeira revolução em termos de gestão ambiental”,¹⁴ pois foram feitas diversas propostas quanto à gestão dos recursos naturais existentes no país. No entanto, com a instalação da ditadura do Estado Novo houve uma desmobilização generalizada, inclusive no que se refere à proteção ambiental.

O AMBIENTALISMO NO PÓS-GUERRA

Em relação à fase posterior à Segunda Guerra Mundial, Acot faz a seguinte interpretação:

a mundialização efetiva do problema [ambiental], reclamada desde o Congresso de 1923, foi materialmente favorecida pelo desenvolvimento das comunicações durante o pós-guerra e ideologicamente [favorecida] pela tomada de consciência, pelo público, de uma internacionalização objetiva de todas as grandes questões do momento – uma guerra mundial acabara de terminar, a guerra fria desenvolvia-se em escala planetária e os armamentos termonucleares nascentes representavam uma ameaça que punha em perigo a espécie humana.¹⁵

Neste período, importantes tratados de ecologia passaram a abordar, sistematicamente, temas relativos às consequências das atividades humanas sobre o ambiente, e várias pesquisas e publicações científicas contribuíram progressivamente para os avanços nos conhecimentos referentes à temática socioambiental.¹⁶

¹² Pádua JA. *Op. cit.*

¹³ Drummond JA. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: Svirsky E, Capobianco JPR, orgs. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; 1997. p.19-26.

¹⁴ *Apud* Drummond JA. *Ibidem*, p.24.

¹⁵ Acot P. *Op. cit.*, p.166.

¹⁶ Deléage JP. *Une histoire de l'écologie*. Paris: Éditions La Découverte; 1991.

No âmbito da geografia pode-se citar, por exemplo, a obra *Rencontres*, de autoria do francês Maximilien Sorre, por meio da qual o autor alertava, em 1957, a respeito de uma possível crise do petróleo e do desequilíbrio ecológico provocado pela poluição e devastação da natureza.¹⁷

Em 1948, Sorre já havia feito a seguinte crítica, em *Les Fondements de la Géographie Humaine*, a respeito do desperdício e do consumismo, problemas que estão no cerne da crise ambiental atual:

a humanidade encerrou-se no ciclo produção para consumo e consumo para produção numa espécie de delírio. Caminha para o esgotamento dos recursos energéticos e minerais, dirige-se para o limite de extensão das terras cultiváveis, sem cessar de deteriorar os solos que, por esgotamento ou pela ação de agentes naturais, tornam-se inutilizáveis. Os defensores do progresso técnico não se dão conta disto e a noção de limite desapareceu de seu espírito.¹⁸

Ele também marcou sua posição por incentivar uma abordagem interdisciplinar das questões relativas ao homem e ao ambiente. Ele entendia a geografia humana como uma disciplina ecológica, no sentido de que deveria prover um entendimento global do processo permanente e dinâmico de busca por um equilíbrio físico e biológico da natureza (atribuição da ecologia) em sua relação com o homem ou com grupos sociais.¹⁹

Outra característica desse período em alguns países industrializados, como EUA e França, foi a crescente insatisfação pública com as desigualdades sociais e com o funcionamento do sistema capitalista. Downs observa que a elevação do padrão de vida (afluência) no pós-guerra promoveu uma atitude mais crítica dos norte-americanos quanto ao desempenho do sistema, que tendia a aumentar as iniquidades sociais.²⁰

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, várias questões sociais e políticas criaram um intenso ativismo público, que acabou influenciando a formação de um movimento ambientalista mais amplo.

Nos EUA, por exemplo, as primeiras de tais questões no pós-guerra diziam respeito à pobreza, ao racismo e à desigualdade de direitos civis. Os protestos de massa, as estratégias empregadas por Martin Luther King

¹⁷ Megale JF, org. Maximilien Sorre. São Paulo: Ática; 1984.

¹⁸ Apud Megale JF, org. *Ibidem*. p.16.

¹⁹ *Idem, ibidem*.

²⁰ Apud McCormick J. *Op. cit.*

e por outros líderes para levar a cabo uma confrontação pacífica com as autoridades, a exemplo de Gandhi, educaram uma nova geração quanto à potencialidade e à necessidade de tais manifestações públicas. Entretanto, nesse período ainda não havia laços formais entre os movimentos por direitos civis e os ambientais; ambos tinham valores e seguidores muito diferentes.

A EXPLOSÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Para McCormick, alguns fatores em particular desempenharam um papel decisivo para a formação de um amplo movimento ambientalista na década de 1960: a tomada de consciência a respeito dos efeitos da afluência no pós-guerra e das conseqüências dos testes atômicos; a ampla divulgação de uma série de desastres ambientais e as denúncias de contaminação ambiental mostradas por Rachel Carson no periódico *New Yorker* e no livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*); os avanços no conhecimento científico no tocante à temática ambiental; a publicação de estudos antropológicos a respeito dos valores e do estilo de vida dos povos tradicionais e a influência de outros movimentos sociais.²¹

Os Testes Atômicos

Na visão de McCormick, a primeira questão ambiental verdadeiramente global do pós-guerra foi o perigo de precipitação nuclear, provocado pelos testes nucleares. O debate a respeito do fenômeno e dos efeitos da precipitação nuclear espalhou-se rapidamente dentro da comunidade científica. Os testes tornaram-se alvo de maior apreensão pública em março de 1954, em virtude do teste da bomba de hidrogênio norte-americana realizado no Atol de Bikini, no Oceano Pacífico.

Em conseqüência desses acontecimentos, ao final da década de 1950, nos EUA, vários cientistas, líderes religiosos e congressistas manifestaram preocupação quanto aos perigos da precipitação nuclear, particularmente para a saúde humana. Entretanto, as opiniões estavam divididas, pois havia,

²¹ McCormick J. *Idem, ibidem.*

mesmo entre os cientistas, aqueles que argumentavam que a radiação era uma preocupação menor.

Enquanto se discutia o assunto, entre os anos de 1945 e 1962 um total de 423 detonações nucleares foram realizadas, com a seguinte distribuição entre os países: EUA, 271; URSS, 124; Grã-Bretanha, 23; e França, 5, apesar de os esforços em direção ao desarmamento nuclear terem começado semanas após a detonação das bombas em Hiroshima e Nagasaki. Todavia, o primeiro resultado concreto ocorreu apenas em 1963, com o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, que pôs fim aos testes atmosféricos, mas deixou uma brecha para os testes subterrâneos.²²

Os Desastres Ambientais

Em 1948, em Donora (centro siderúrgico da Pensilvânia – EUA), uma inversão térmica, que durou cinco dias, provocou a morte de vinte pessoas e deixou 43% da população doente por causa de um nevoeiro sulfuroso que se formou sobre a região. Em 1952, em Londres, uma mistura de nevoeiro e gases poluentes (*smog*) foi responsável pela morte imediata de 445 pessoas e, ao todo, mais de 4 mil pessoas morreram, principalmente em decorrência de complicações circulatórias e respiratórias de longo prazo. O acontecimento foi diretamente responsável pela aprovação, em 1956, da Lei do Ar Limpo. Nesse mesmo ano foram identificados alguns casos de desordem neurológica em uma pequena comunidade de pescadores que habitava o entorno da baía de Minamata, no Japão. Suspeitou-se, então, que a indústria química Chisso-Minamata teria sido a responsável pela contaminação, pois os catalisadores que utilizava continham mercúrio e eram despejados na baía quando gastos. Somente em 1969 a indústria foi processada e, até dezembro de 1974, haviam sido registrados 798 casos oficiais, 107 mortes e 2.800 casos aguardavam verificação.²³

Em outubro de 1957 aconteceu outro acidente. A usina nuclear de Windscale, ao norte da Inglaterra, pegou fogo em razão do superaquecimento dos reatores. Embora tenha havido liberação de radioatividade, a contaminação foi limitada. O acontecimento causou profunda preocupação na

²² *Idem, ibidem.*

²³ *Idem, ibidem*; Carvalho LM. A temática ambiental e a escola de 1º grau. São Paulo; 1989. [Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo].

indústria de energia nuclear. Entretanto, a população e os meios de comunicação de massa – ainda não familiarizados com as implicações de tais acidentes – mal chegaram a reagir.²⁴

Tempos depois, entre 1966 e 1972, outra série de desastres ambientais começou a ter um efeito catalisador sobre as inquietações da época. Também ganhou muito destaque o caso do petroleiro *Torrey Canyon*, que ao chocar-se contra um recife na costa inglesa, em março de 1967, derramou cerca de 117 mil toneladas de petróleo cru. A utilização de detergentes não testados para diluir o óleo aumentou o dano biológico. O desastre, além de revelar a falta de preparo dos órgãos governamentais para enfrentar esse tipo de intercorrência, deixou clara a existência de lacunas na organização de pesquisas e no assessoramento científico. Na mesma época, nos EUA, episódios de derramamento de petróleo e diversas situações de desequilíbrio ambiental – como a eutrofização do lago Erie, causada pelo despejo de efluentes orgânicos das cidades do entorno – começaram a mobilizar o povo norte-americano para a proteção ambiental.²⁵

O efeito desses e de tantos outros problemas ambientais foi de atrair maior atenção do público no tocante às ameaças que recaíam sobre o meio ambiente, pois os custos potenciais de um desenvolvimento econômico descuidado eram visíveis, daí o apoio crescente a uma série de campanhas ambientais locais e nacionais, as quais passaram a receber, progressivamente, ampla cobertura dos meios de comunicação de massa.

Primavera Silenciosa

A publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962, foi um dos acontecimentos apontados como mais significativos para o impulso da *revolução* ambiental, por ter gerado muita indignação, aumentando a consciência pública quanto às implicações das atividades humanas sobre o meio ambiente e seu custo social, e por ter gerado reações por parte de governos de vários países, visando regulamentar a produção e a utilização de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos.

²⁴ McCormick J. *Op. cit.*

²⁵ *Idem, ibidem.*

Primavera silenciosa não foi a primeira advertência a respeito do impacto dos pesticidas sobre o meio ambiente pois, desde a década de 1940 já haviam sido realizadas várias pesquisas, cujos dados e conclusões eram divulgados em revistas científicas.²⁶ Seu grande diferencial foi ter explicado ao público, em linguagem acessível, os mecanismos e efeitos adversos da contaminação ambiental, bem como os riscos envolvidos.

Os Avanços no Conhecimento Científico

A falta de precisão científica era o argumento que servia de base a oponentes e críticos do ambientalismo nas discussões. Os cientistas compreenderam a argumentação tanto quanto os ambientalistas, daí o empenho para a realização de novas e substanciais iniciativas em pesquisas de âmbito internacional.

Durante a década de 1960, gradativamente os relatórios publicados por entidades científicas e de proteção à natureza passaram a ressaltar os efeitos nocivos das atividades humanas, especialmente os decorrentes do processo industrial. Contudo, a ênfase recaía sobre os resultados dos avanços da ciência (responsáveis pela ruptura dos equilíbrios naturais) e sobre a necessidade de ações técnicas (isoladas) para a correção dos problemas ambientais decorrentes.

Contudo, nesse período, poucos cientistas estavam envolvidos com uma militância política, pois tinham receio de que um envolvimento dessa natureza pudesse gerar efeitos indesejáveis nas pesquisas que desenvolviam e em sua própria respeitabilidade.

As Novas Visões de Mundo e os Valores das Sociedades Tradicionais

Trabalhos de antropólogos como Pierre Clastres e Marshall Sahlins, bem como de Lévi-Strauss e outros, a respeito de comunidades tradicionais e indígenas, também obtiveram bastante repercussão junto à intelectualidade europeia ao final da década de 1960.

²⁶ Acot P. *Op. cit.*

Essas publicações explicitavam o quão diversas eram as necessidades e os valores daquelas sociedades. Mostravam que o *modus vivendi* dos grupos tradicionais era produto de uma lógica social consciente, que proporcionava a manutenção de uma simbiose com o ambiente por meio de práticas ecológicas, demográficas, técnicas e culturais; salientavam também que o *progresso* técnico não advinha da ânsia por produção de excedentes ou de acumulação, mas sim de um desejo de ter o trabalho facilitado ou de trabalhar por menos tempo; enfim, suas necessidades eram autolimitadas e, com isso, evitavam os malefícios do poder, da divisão e da perda de liberdade decorrentes do controle estatal.²⁷

O Período de Contestações e os Novos Movimentos Sociais

Pouco a pouco, a insatisfação gerada por uma série de situações, como o crescimento desordenado das cidades, a exclusão social, as formas de dominação, o artificialismo do modo de vida, a dilapidação de recursos não-renováveis, a ameaça nuclear, os desastres ambientais, os esforços para o *desenvolvimento* industrial e tecnológico a qualquer preço, entre outros problemas, foi congregando um número cada vez maior de pessoas em torno de questões relativas ao meio ambiente, à qualidade de vida e à cidadania.

Assim como a discriminação racial, a corrida armamentista e a Guerra do Vietnã pareciam ser sintomas de uma enfermidade do sistema, a degradação ambiental também parecia sê-lo.²⁸

Na Grã-Bretanha, nos EUA e em outros países, muitas pessoas que apoiavam o movimento ambientalista haviam sido introduzidas no ativismo por meio de outros movimentos sociais e de experiências em campanhas de protesto.²⁹

Embora tivessem motivações semelhantes, essas organizações e indivíduos que compunham o movimento ambientalista possuíam – tanto quanto hoje – objetivos, tendências e métodos variados. O caráter difuso e heterogêneo do movimento, ao mesmo tempo que o tornou rico em ter-

²⁷ Alphandéry P, Bitoun P, Dupont Y. O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência. São Paulo: Brasiliense; 1992.

²⁸ McCormick J. *Op. cit.*

²⁹ Alphandéry P, Bitoun P, Dupont Y. *Op. cit.*

mos de abrangência temática e de grupos envolvidos, também acabou trazendo problemas com relação à efetividade de suas propostas.

A ausência de um sujeito histórico ou social preciso³⁰ e a multiplicidade de visões a respeito das relações de causalidade e das possíveis soluções para as diferentes escalas de problemas ambientais têm dificultado, ainda hoje, o equacionamento de questões locais e internacionais.

1968 – Eclodem as Manifestações

Na França, a mobilização popular atingiu seu apogeu durante o ano de 1968, quando vários movimentos sociais, principalmente de estudantes, artistas, intelectuais e operários articulados em lutas políticas, sociais e ideológicas expuseram de forma contundente suas contestações, insatisfações e reivindicações por meio de uma grande greve nacional.

As manifestações populares também aconteceram em outros países como Brasil, Japão e Tchecoslováquia, porém, em cada lugar a tônica recaía sobre um aspecto da problemática em particular – ditadura, ocupação soviética, guerras, entre outros.

Em setembro de 1968, com a finalidade de avaliar os problemas do meio ambiente global e sugerir ações corretivas, foi organizada a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera ou, simplesmente, Conferência da Biosfera, pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do órgão responsável pela Educação, Ciência e Cultura (Unesco); contou-se com a colaboração da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) e do Conselho Internacional das Uniões Científicas.

Segundo Acot, a noção de ecossistema mundial apareceu com força, mas os trabalhos dessa conferência ficaram restritos a temas voltados para os recursos biológicos.³¹ A visão estreita de conservação da natureza por meio da instalação de *santuários* foi abandonada em proveito de uma concepção

³⁰ Sader E. A ecologia será política ou não será. In: Goldenberg M, org. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan; 1992. p.135-42.

³¹ Acot P. Op. cit.

mais complexa, que contribuísse para a saúde física e mental do ser humano e para o desenvolvimento da civilização.

A Conferência da Biosfera, como o próprio nome diz, promoveu a discussão a respeito dos impactos humanos sobre a biosfera, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, o excesso de pastagens, o desmatamento e a drenagem das *wetlands* (pântanos).

Um dos resultados mais significativos foi a ênfase no caráter inter-relacionado do meio ambiente. Os delegados concluíram que a deterioração ambiental tinha como principais responsáveis o crescimento populacional, a urbanização e a industrialização, que ocorriam em ritmo acelerado. Reconheceu-se que os problemas ambientais não respeitavam fronteiras regionais ou nacionais, o que mostrava a necessidade da adoção de políticas ponderadas e abrangentes para a gestão ambiental. Eles incentivaram também a realização de outra conferência, para que fossem abordadas as dimensões políticas, sociais e econômicas da questão ambiental que haviam ficado fora da esfera de ação naquela oportunidade.³²

No ano em que o homem chegou à Lua, para muitos veio à tona a percepção da fragilidade do planeta e da responsabilidade coletiva em relação ao meio ambiente.

Década de 1970 – A Crise é Global

Por volta de 1970, a crise ambiental não mais passava despercebida. Um movimento significativo havia surgido no cenário mundial e a evolução dos estudos científicos comprovava cada vez mais a existência de vários problemas ambientais que poderiam comprometer a vida no planeta.

Se a década de 1960 pode ser considerada como o período de mobilização, a década de 1970 marcou a construção de uma nova fase no mundo, em que a responsabilidade pela sustentabilidade disseminou-se entre diversos atores sociais. Esse foi o período em que a educação ambiental foi delineada³³ e várias organizações ambientalistas e “partidos verdes” foram formados pelo mundo.

³² McCormick J. *Op. cit.*

³³ Pelicioni AF. Educação Ambiental na escola: um levantamento de percepções e práticas de estudantes de 1º grau a respeito de meio ambiente e problemas ambientais. São Paulo; 1998. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo];

No entanto, mesmo diante dos problemas econômicos e energéticos mundiais, muitos empresários, sindicatos, partidos políticos, entre outros, ainda consideravam o movimento ambientalista um fenômeno de moda e de revolta idealista, sustentado por uma elite de ricos “fora de propósito”.³⁴

Desde o final da década de 1960 começou a surgir um clima de alarme, motivado por estudos e projeções desenvolvidos por cientistas de renome, como Ehrlich, Commoner, Hardin, Meadows e outros. Em termos gerais, suscitaram debates em torno de três questões: a poluição, o crescimento populacional e a tecnologia. Apesar de terem sido muito criticados por apresentarem dados, argumentos e metodologias de análise controversos, seus esforços foram reconhecidos como importantes para que a reflexão e o debate sobre essas questões se generalizassem, abrindo caminhos para mudanças nas atitudes sociais e políticas.³⁵

Um desses trabalhos polêmicos foi o relatório *Limites do Crescimento* (*The Limits to Growth*), publicado em 1972, elaborado por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT), a partir de solicitação do Clube de Roma.

A origem do Clube de Roma remonta ao ano de 1968, quando um grupo de trinta especialistas, entre economistas, cientistas, educadores e industriais, reuniu-se em Roma com o objetivo de aprimorar a

compreensão dos componentes econômicos, políticos, naturais e sociais interdependentes do “sistema global” e encorajar a adoção de novas atitudes e políticas públicas, e instituições capazes de minorar os problemas.

A tese desse relatório apontava que as raízes da crise ambiental decorriam do crescimento exponencial da economia e da população. Para os autores, a catástrofe seria inevitável ao final do século XX, por causa da exaustão dos recursos naturais, da poluição e da carência de alimentos. Tornava-se imperativo agir rapidamente para a obtenção do equilíbrio global, por meio do reconhecimento dos limites do crescimento econômico e populacional, daí terem recomendado uma política de não-crescimento ou *crescimento zero*.³⁶

Idem. Fundamentos filosóficos e históricos da educação ambiental. O Biológico jul./dez. 2000; 62 (2); *Idem*. Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora. São Paulo; 2002. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

³⁴ Alphandéry P, Bitoun P, Dupont Y. *Op. cit.*

³⁵ McCormick J. *Op. cit.* p.86.

³⁶ *Idem, ibidem.*

AS GRANDES CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Atendendo a uma das recomendações procedentes da Conferência da Biosfera e à solicitação da delegação sueca presente à XXIII Assembléia Geral da ONU (1969), em favor de uma conferência sobre meio ambiente, a cidade de Estocolmo, na Suécia, sediou a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, reunindo representantes de 113 países.

Pela primeira vez as questões políticas, sociais e econômicas geradoras de impactos no meio ambiente foram discutidas em um fórum intergovernamental, com a perspectiva de suscitar medidas corretivas e de controle.

No caso do Brasil e de outros países em desenvolvimento, como Índia e China, que vislumbravam um desenvolvimento agroindustrial acelerado, inspirados no modelo proposto pelos países desenvolvidos, as recomendações quanto à necessidade de investimentos e medidas relativas à proteção ambiental pareciam constituir entraves ao *progresso*, além de uma estratégia de ingerência na autonomia interna, com vistas ao congelamento do *status quo* das relações internacionais; por isso, os representantes desses países resistiram ao reconhecimento da problemática ambiental como uma realidade que também deveria ser considerada.

Apesar de toda a controvérsia ocorrida entre os favoráveis à idéia de crescimento zero e os *desenvolvimentistas*, o evento gerou saldos bastante positivos. O reconhecimento generalizado da profunda relação entre meio ambiente e desenvolvimento – no sentido de que as preocupações ambientais não deveriam constituir uma barreira ao desenvolvimento, porém ser parte do processo –, a formulação de uma legislação internacional concernente a algumas questões ambientais, a recriminação à opressão e ao colonialismo, a emergência das ONGs como atores sociais importantes, o incentivo à implementação de políticas públicas, de órgãos ambientais estatais e de cooperação internacional, o incentivo à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), bem como a recomendação de que fosse realizada uma conferência internacional específica para se discutir a Educação Ambiental – considerada como elemento fundamental para o combate à crise ambiental –, foram alguns de seus principais resultados.³⁷

³⁷ *Idem, ibidem.*

Assim, de acordo com as recomendações de Estocolmo, em outubro de 1975 um grupo de especialistas do mundo inteiro reuniu-se em Belgrado (Iugoslávia) no Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, também conhecido como Workshop de Belgrado, a fim de discutir e delinear referenciais teóricos para a educação ambiental e preparar a conferência internacional. O evento contou com a participação fundamental de educadores latino-americanos e resultou na formulação de um documento muito importante denominado Carta de Belgrado que, entre outras questões, chamava a atenção mundial para a necessidade de uma nova ética global, bem como de um desenvolvimento racional, da distribuição equitativa dos recursos do mundo, da erradicação das causas da pobreza, do analfabetismo, da dominação e da poluição.³⁸

Em Belgrado foram formulados os objetivos do processo de educação ambiental, a saber: a *conscientização*, a aquisição de *conhecimentos*, a formação de *atitudes*, o desenvolvimento de *habilidades* e de *capacidade de avaliação* e a *participação*. É importante chamar a atenção para o fato de que a educação ambiental só se realiza quando todos esses objetivos são contemplados em um processo educativo contínuo e permanente e se transformam em práticas sociais efetivas. Ou seja, se os objetivos trabalhados não resultarem em ação, não se pode considerar que houve educação ambiental.

Finalmente, em 1977 realizou-se em Tbilisi (Geórgia, antiga União Soviética) a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela Unesco em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Em Tbilisi, apresentaram-se algumas experiências de trabalho e estruturaram-se princípios diretores, conteúdos, estratégias de abordagem e recomendações para sua implementação, enfatizando a necessidade da interdisciplinaridade para se resgatar a percepção do todo, muitas vezes fragmentado em diversas áreas do conhecimento.³⁹ As recomendações provenientes de Tbilisi constituem ainda hoje um importante referencial para os programas educativos.

A partir desses eventos internacionais, confirmou-se o entendimento de que o meio ambiente deveria ser abordado e compreendido na sua tota-

³⁸ Pelicioni AF. Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora. *Op. cit.*

³⁹ [Ibama] Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília (DF): Ibama; 1997.

lidade, ou seja, tanto em seus aspectos naturais quanto nos criados pela humanidade. Chegou-se, também, à conclusão de que a educação ambiental deveria considerar várias estratégias e escalas de atuação em um processo contínuo, participativo e permanente, voltado para todas as idades e fases do ensino formal e informal, sem perder de vista o objetivo de motivar a adoção de novas práticas individuais e coletivas.

Ao analisar os impactos dos acontecimentos do período, Reigota identificou a formação de três vertentes do pensamento ambientalista.⁴⁰ A primeira, baseada na noção de *ecologia global*, teve sua origem no Movimento de 68, o qual gerou, em vários países, profundos questionamentos em relação à estrutura social vigente e aos modelos político-econômicos. A segunda, influenciada pelas conclusões do relatório do Clube de Roma, foi identificada como *alarmista* e a última, originada em consequência da Conferência de Estocolmo, foi nomeada pelo autor como vertente *técnico-administrativa*. A segunda e a terceira vertentes ensejaram um grande debate teórico e influenciaram a implementação de políticas e programas como a expansão do parque industrial no Brasil e na Índia e os programas de controle demográfico na África.

O AMBIENTALISMO BRASILEIRO

No Brasil, durante a década de 1960, foram produzidas novas leis voltadas à proteção ambiental, como o novo Código Florestal e a nova Lei de Proteção aos Animais; além disso, foram criados alguns parques nacionais e estaduais. Contudo, como ressalta Drummond,

temas como a poluição do ar, qualidade da água, aglomeração urbana, zoneamento das atividades urbano-industriais e isolamento de certas atividades de maior impacto sobre o meio ambiente ainda não suscitavam o debate público. [...] A consciência ambientalista no Brasil [foi] muito prejudicada pelos altos e baixos da democratização do país. A ditadura de 64 desmobilizou a cidadania, resultando numa atuação estatal tímida e particularmente voltada para a preservação do chamado ambientalismo geográfico, naturalista.⁴¹

⁴⁰ Reigota M. A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez; 1999.

⁴¹ Drummond JA. *Op. cit.*, p.25.

O governo brasileiro, acompanhando a tendência mundial desse período, implantou em 1973 a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Suas atribuições principais recaíam sobre o controle da poluição, o uso racional dos recursos naturais e a preservação do estoque genético.

Dentre os motivos que levaram à criação desse órgão, destacam-se os grandes protestos públicos, liderados pela Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), em Porto Alegre, no ano de 1972, contra a poluição do rio Guaíba e o mau cheiro gerado pelos efluentes da indústria Borregard Celulose, que influenciaram na decisão do governo para a criação de um órgão federal de controle ambiental.⁴²

A Agapan foi fundada em 1971 e, segundo Viola pode ser considerada a primeira associação ambientalista do Brasil e da América Latina.⁴³ Seus objetivos principais na época eram: a defesa da fauna e da flora, o combate ao uso exagerado de máquinas na agricultura e à poluição causada por indústrias e veículos, o combate ao uso indiscriminado de pesticidas, o combate à poluição hídrica decorrente de despejos de resíduos industriais e domiciliares não-tratados, o combate à destruição de belezas paisagísticas, a luta pela salvação da humanidade, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica.

Inaugurava-se um período em que os organismos financiadores internacionais vinculavam a liberação de empréstimos para obras públicas à existência de órgãos da natureza da Sema e à realização de estudos de impacto ambiental nas áreas onde se pretendiam instalar os futuros empreendimentos.

Segundo Viola, durante a década de 1970 ocorreu um processo de baixíssimo impacto do movimento ambientalista sobre a opinião pública brasileira. Entretanto, segundo o autor, a partir do início da década de 1980, quando o país deixou de ser o campeão mundial do crescimento econômico, o impacto sobre a sociedade foi grande, marcando o crescimento da consciência ambiental. Assim, o ambientalismo brasileiro deixou de ser

⁴² Cunha IA. Sustentabilidade e poder local: a experiência de política ambiental em São Sebastião, costa Norte de São Paulo (1989-1992). São Paulo; 1996. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

⁴³ Viola EJ. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: Pádua JA, org. Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ; 1987. p.63-109.

restrito a pequenos grupos da sociedade civil e aos órgãos estatais para tornar-se multisetorializado.⁴⁴

No âmbito estatal, a partir de 1986 a Sema ampliou seu campo de atuação. Além das questões referentes ao controle da poluição, aos impactos ambientais resultantes de grandes empreendimentos e à preservação de ecossistemas, a Sema promoveu a disseminação da problemática ambiental dentro da estrutura estatal e a interação das agências ambientais entre si e entre a comunidade científica.

Apesar dessa evolução, Moraes chama a atenção para o fato de a área ambiental ter sido “montada como mais um setor do aparelho governamental, isto é, foi estruturada como gestora de um conjunto específico e próprio de políticas”.⁴⁵ Segundo sua análise, tal fato acarretou um desempenho insatisfatório desse setor. Para Moraes, a área ambiental deveria ser transversal aos diversos programas e ações estatais, contribuindo para sua articulação.

O ano de 1987 constituiu um marco na evolução do pensamento ambientalista mundial, em razão da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também referida como Comissão Brundtland, que fora especialmente constituída pela ONU, em 1983, sob a direção da então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, bastante respeitada por sua atuação na área ambiental.

O documento intitulado *Nosso Futuro Comum* foi elaborado a partir de um estudo minucioso da problemática ambiental em todo o mundo, cujos resultados tornaram evidentes a necessidade da erradicação da pobreza – vista como causa e efeito dos problemas ambientais –, por meio da polêmica proposta de “desenvolvimento sustentável”, definido no relatório como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”.⁴⁶

O ano de 1988 constituiu um ponto de inflexão na política ambiental brasileira ao assegurar na Constituição Federal uma moderna legislação ambiental, e um capítulo dedicado ao meio ambiente, onde se lê:

⁴⁴ Viola EJ, Leis HR, Ferreira LC. Confronto e Legitimação (1970-1990). In: Svirsky E, Capobianco JPR, orgs. *Op. cit.* p.27-49.

⁴⁵ Moraes ACR. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Hucitec; 1994. p.23.

⁴⁶ Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV; 1988. p.9.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.⁴⁷

O AMBIENTALISMO DA DÉCADA DE 1990 AOS DIAS ATUAIS

Vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, a ONU promoveu no Rio de Janeiro um novo encontro internacional, a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para que se pudesse avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental desde a primeira conferência e discutir encaminhamentos para algumas questões específicas, como as mudanças climáticas, a proteção da biodiversidade e outras.

O evento reuniu os principais representantes de 178 países e contou com a participação maciça da sociedade civil, lançando as bases sobre as quais os diversos países do mundo deveriam, a partir daquela data, empreender ações concretas para a melhoria das condições sociais e ambientais, tanto no âmbito local quanto planetário.

Apesar de sua importância, a principal crítica que se faz à Rio-92 refere-se ao fato de as causas estruturais dos problemas ambientais – o capitalismo, o modelo de desenvolvimento econômico dos países, os valores sociais, as relações de poder entre os países – não terem sido discutidas em profundidade.

Nesse sentido, Carvalho, Moura e Costa chamam a atenção para

o caráter conservador/retrógrado [do evento] ao omitir, de sua pauta, qualquer crítica efetiva à totalidade pertinente à questão: o sistema capitalista mundial. Portanto, as estratégias desenhadas na Eco-92 têm suas limitações no próprio sistema vigente, uma vez que não enfrentam as contradições da totalidade pertinente à questão. Somente enfrentando estas contradições pode-se enfrentar a questão ambiental numa abordagem transformadora/progressista.⁴⁸

⁴⁷ Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Brasília (DF): Senado Federal; 1988.

⁴⁸ Carvalho PF de, Moura CA de, Costa JLR. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. In: Souza MAA de. *et al.* O novo mapa do mundo – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec; 1994. p.111-8.

Também Ribeiro, participante do Fórum Global, assinala que a Rio-92 não discutiu o modelo de desenvolvimento econômico gerador dos problemas ambientais. Seu trabalho de doutoramento mostra claramente a ordem ambiental como parte do sistema internacional, e os Estados atuando de acordo com seus próprios interesses.⁴⁹

Dez anos após a Conferência do Rio de Janeiro, a ONU promoveu em Johannesburgo (África do Sul) um novo encontro internacional intitulado "Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável" a fim de analisar os progressos alcançados na implementação dos acordos firmados na Rio-92, fortalecer os compromissos assumidos nessa ocasião, identificar novas prioridades de ação, além de proporcionar trocas de experiências e o fortalecimento de laços entre pessoas e instituições de diversas nações. Destacaram-se no evento, as propostas dos brasileiros Prof. Dr. José Goldemberg que propôs que pelo menos 10% da matriz energética de cada país tenha origem em fontes renováveis e do Prof. Dr. Paulo Nogueira Neto que recomendou maior proteção às florestas secundárias, ou seja as matas em estágio de regeneração, uma vez que, por meio de seu crescimento, essas contribuem para uma fixação significativa de carbono, contribuindo para a redução da poluição atmosférica e suas danosas consequências locais e globais.

Aspectos da problemática ambiental

Martin traz à baila os aspectos político-econômicos da questão ambiental ao analisar as relações de poder entre os países ocidentais do hemisfério norte e os do sul. De acordo com as palavras do autor,

a divisão Norte/Sul que nasceu econômica, hoje cada vez mais ganha a conotação de uma disputa política. [...] O que ocorre com a Austrália e Nova Zelândia é a esse respeito emblemático. Nações meridionais e no entanto ricas, apresentam-se porém completamente impotentes para impedir, por exemplo, as experiências nucleares francesas no atol de Mururoa, as quais colocam vastas áreas sob a ameaça da poluição radioativa. [...] Por outro lado, o reconhecimento de que "drogas e poluição" constituem problemas que "ultrapassam as fronteiras" tem servido de argumento para que não se

⁴⁹ Ribeiro WC. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo; 1999. [Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].

respeite o “princípio da inviolabilidade das fronteiras”, como se viu na invasão norte-americana do Panamá, no final de 1989. E foi de François Mitterrand a proposta de uma diminuição da soberania de países como o Brasil, para permitir o controle internacional de reservas ecológicas de importância mundial, como a Amazônia.⁵⁰

Há autores que discutem a existência de problemas ambientais a partir de suas relações com a pobreza e a riqueza. Chamam a atenção para o fato de existir um desequilíbrio socioecológico no planeta.⁵¹

No chamado Primeiro Mundo, a maioria da população tem um padrão de consumo suntuário; daí dizer-se que produzem problemas ambientais relacionados à riqueza. São exemplos disso a chuva ácida, o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio, que decorrem dos altos níveis de poluentes jogados na atmosfera, o lixo radioativo advindo das usinas nucleares, as acumulações crescentes de lixo que, por falta de espaço para ser aterrado, chega a ser exportado para outros países. Assim, os problemas ambientais relacionados à riqueza são decorrentes da manutenção de um estilo de vida com base no consumismo e no desperdício, que preconiza altos níveis de consumo de energia, água e de matérias-primas para sustentar altos níveis de produção de bens e produtos.

No chamado Terceiro Mundo, problemas ambientais bastante frequentes – como a poluição e a contaminação da água e do solo em virtude da inadequada disposição de resíduos industriais e da falta de saneamento básico; a falta de água; os lixões a céu aberto; a destruição da biodiversidade em decorrência de desmatamentos e queimadas; grandes impactos ambientais decorrentes da exploração desenfreada das fontes de matérias-primas, entre outros – têm uma profunda relação com a situação de pobreza em que essas populações se encontram.

⁵⁰ Martin AR. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto; 1998. p.66.

⁵¹ Becker E. *Ecología global y sociedad mundial*. In: Deutscher E, Jahn T, Moltmann B, eds. *Modelos de desarrollo y visiones del mundo*. Frankfurt: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional/Societäts – Verlag; 1996. p.28-48; Brown L. Descortina-se uma nova era. In: World Watch Institute. *Qualidade de Vida – 1993: salve o planeta!* São Paulo: Globo; 1993. p.23-45; Hempel LC. Cornucopians, catastrophists and optimizers. In: *Environmental Governance – the global challenge*. Washington (DC): Island Press; 1996. p.226-48; Porrit J. *Salve a Terra*. São Paulo: Globo/Círculo do Livro; 1991; Viola EJ, Leis HR. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: Leis HR, org. *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes; 1991. p.23-50.

A situação é muito complexa. Por um lado, esses países possuem reais dificuldades financeiras, que restringem o investimento necessário em infraestrutura, educação, saúde, agricultura, habitação e assim por diante. Por outro, generalizam-se a precariedade dos serviços, a omissão do poder público na promoção da melhora da qualidade de vida da população como um todo e o desrespeito de indivíduos que impingem à sociedade a inadequada disposição de seus resíduos ou a apropriação de bens coletivos. Há que se ressaltar que os problemas relacionados à riqueza e à pobreza coexistem dentro de cada país, não sendo exclusivos dos países do Primeiro e do Terceiro Mundo.

Outros autores, apesar de reconhecerem que a ganância causa danos ambientais, tendem a deslocar a discussão para os impactos da pobreza, não trazendo à baila, porém, os processos geradores dessa pobreza, como a exploração colonial e a degradação socioambiental, a divisão internacional do trabalho, a sujeição dos Estados às *recomendações* das instituições financiadoras de empréstimos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, entre outros fatores.

As palavras do canadense Guay ilustram esse tipo de miopia, por meio da seguinte reflexão:

Os valores ambientais evoluíram mais rapidamente em países onde, segundo a expressão de Max Weber, a ética protestante dominava. Foi na América do Norte, nos países escandinavos, na Alemanha, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia que, nos últimos trinta anos, os valores ecológicos se desenvolveram. Os países católicos só foram juntar-se ao movimento ambientalista mais tarde. [...] Serão os valores ambientais um luxo de países bem ou muito desenvolvidos? Será a proteção ambiental uma necessidade imposta aos países desenvolvidos por sua superexploração da natureza, que os trouxe ao nível de afluência de que ora gozam? Antes de responder "sim" às duas perguntas, convém lembrar que a Comissão Brundtland insistiu no seguinte ponto: a pobreza, e não apenas a afluência, conduz à degradação ambiental.⁵²

Argumentos como esse caem por terra quando se analisam as estatísticas fornecidas pelo Programa de Desenvolvimento da ONU, em que os países do chamado Primeiro Mundo contabilizam cerca de 25% da popu-

⁵² Guay L. Aspectos da proteção ambiental no Canadá: atores, políticas, instituições. In: Souza MAA de. *et al. Op. cit.* p.165.

lação do planeta e consomem aproximadamente 70% da energia mundial, 85% das madeiras, 75% dos metais e 60% dos alimentos.⁵³

Felizmente, depois de quase três décadas de aparente marasmo contestatório mundial, as grandes manifestações contra a globalização neoliberal, que tiveram início em Seattle (EUA), em 1999, e os encontros realizados em Porto Alegre em 2001, 2002 e 2003, no Fórum Social Mundial, ao mostrar um crescente inconformismo em relação às condições impostas pelos sistemas político-econômicos que geram degradação humana e ambiental, estão contribuindo para mobilizar a reversão desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variação de entendimento do que seja uma luta ambientalista contribui para a heterogeneidade de práticas dentro do movimento. Para alguns, trata-se tão somente de melhorar as condições ambientais do meio que os circunscrevem, daí a ênfase em ações pontuais do tipo *plante uma árvore, deixe o carro em casa e utilize o transporte coletivo, não compre produtos que contenham CFC, reduza o consumo, reutilize e recicle os materiais para minimizar a produção de lixo, proteja a espécie X, não desperdice água, vamos ensinar as crianças a monitorar a qualidade do ar e das águas, vamos propiciar às pessoas momentos de contato com a natureza etc.*

Outros entendem que essas ações são importantes, mas só atingem a ponta do *iceberg*, o que leva à necessidade de se trabalhar com questões mais profundas, como a ética nas relações, a solidariedade entre as gerações atuais e futuras, a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes que potencializem práticas sociais sustentáveis, a luta pela equidade social, pela melhoria da qualidade de vida e pela superação da lógica dos sistemas de dominação, alimentados pelos meios de comunicação, publicidade, capitalismo e imperialismo, o que, portanto, exige capacitação para interferir nos aspectos econômicos, sociais e políticos da vida moderna. Esse é o desafio que a educação ambiental, entendida como educação política, está enfrentando.

No entanto, de modo geral, pode-se dizer que as lutas pela conservação ambiental, pela preservação de enclaves naturais e pela redução da

⁵³ Apud Elliott L. The global politics of the environment. Londres: Macmillan; 1998. p.165.

poluição perderam o peso relativo, em favor de questões atreladas a aspectos socioeconômicos, como a *justiça social ambiental* e a melhoria das condições de vida de segmentos sociais desfavorecidos.

No âmbito mundial, o ambientalismo vem mostrando uma crescente integração com outros movimentos sociais, a exemplo do que ocorre nas manifestações antiglobalização neoliberal, pois cada vez mais as pessoas estão percebendo que, por trás das crescentes disparidades sociais, da degradação ambiental e dos abusos aos direitos humanos, estão as estruturas econômicas globalizadas, o que exige, portanto, uma estratégia política de enfrentamento global para garantir a construção e a consolidação das sociedades sustentáveis.

Referências

- Acot P. História da ecologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus; 1990.
- Alphandéry P, Bitoun P, Dupont Y. O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência. São Paulo: Brasiliense; 1992.
- Andrade MC de, org. Élisée Reclus. São Paulo: Ática; 1985.
- Becker E. Ecología global y sociedad mundial. In: Deutscher E, Jahn T, Moltmann B, eds. Modelos de desarrollo y visiones del mundo. Frankfurt: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional/Societäts – Verlag; 1996. p.28-48.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Brasília (DF): Senado Federal; 1988.
- Brown L. Descortina-se uma nova era. In: World Watch Institute. Qualidade de Vida – 1993: salve o planeta! São Paulo: Globo; 1993. p.23-45.
- Carvalho LM. A temática ambiental e a escola de 1º grau. São Paulo; 1989. [Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo].
- Carvalho PF de, Moura CA de, Costa JLR. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. In: Souza MAA de. et al. O novo mapa do mundo – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec; 1994. p.111-8.
- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV; 1988.
- Cunha IA. Sustentabilidade e poder local: a experiência de política ambiental em São Sebastião, costa norte de São Paulo (1989-1992). São Paulo; 1996. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

- Deléage JP. Une histoire de l'écologie. Paris: Éditions La Découverte; 1991.
- Diegues ACS. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Nupaub/USP; 1994.
- Drummond JA. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: Svirsky E, Capobianco JPR, orgs. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; 1997. p.19-26.
- Elliott L. The global politics of the environment. Londres: Macmillan; 1998.
- Engels F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global; 1985.
- George P. O meio ambiente. São Paulo: Difusão Européia do Livro; 1973.
- Guay L. Aspectos da proteção ambiental no Canadá: atores, políticas, instituições. In: Souza MAA de. *et al.* O novo mapa do mundo – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec; 1994. p.153-69.
- Hempel LC. Cornucopians, catastrophists and optimizers. In: *Environmental governance – the global challenge*. Washington (DC): Island Press; 1996. p.226-48.
- [Ibama] Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília (DF): Ibama; 1997.
- Martin AR. Fronteiras e nações. São Paulo: Contexto; 1998.
- McCormick J. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 1992.
- Megale JF, org. Maximilien Sorre. São Paulo: Ática; 1984.
- Moraes ACR. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Hucitec; 1994.
- Pádua JA. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: Pádua JA, org. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj; 1987. p. 11-62.
- Pádua JA. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro. In: Svirsky E, Capobianco JPR, orgs. *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; 1997. p.13-26.
- Pelicioni AF. Educação ambiental na escola: um levantamento de percepções e práticas de estudantes de 1ª grau a respeito de meio ambiente e problemas ambientais. São Paulo; 1998. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
- Pelicioni AF. Fundamentos filosóficos e históricos da educação ambiental. O Biológico jul./dez. 2000; 62(2).

- Pelicioni AF. Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora. São Paulo; 2002. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
- Ponting C. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1995.
- Porrit J. Salve a Terra. São Paulo: Globo/Círculo do Livro; 1991.
- Reigota M. A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez; 1999.
- Ribeiro WC. A ordem ambiental internacional. São Paulo; 1999. [Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].
- Sader E. A ecologia será política ou não será. In: Goldenberg M, org. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan; 1992. p.135-42.
- Sobral HR. Metodologia, evolução dos estudos e bibliografia básica sobre meio ambiente. In: Leite JL, org. Problemas-chave do meio ambiente. Salvador: Instituto de Geociências da UFBA/Espaço Cultural Expogeo; 1994. p.15-32.
- Thomas K. O homem e o mundo natural. São Paulo: Companhia das Letras; 1988.
- Viola EJ, O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: Pádua JA, org. Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/IUPERJ; 1987. p.63-109.
- Viola EJ, Leis HR. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: Leis HR, org. Ecologia e política mundial. Rio de Janeiro: Vozes; 1991. p.23-50.
- Viola EJ, Leis HR, Ferreira LC. Confronto e Legitimação (1970 a 1990). In: Svirsky E, Capobianco JPR, orgs. Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental/Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; 1997. p.27-49.